

# ESTADO, DESENVOLVIMENTO E ARQUITETURA MODERNA NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÃO (1959-1963)

*Luiz de Lucca Neto<sup>1</sup>*

**Resumo:** Referindo-se às origens do desenvolvimento do modernismo arquitetônico na América Latina, Adrian Gorelik situa o Estado como agente central na realização do plano da vanguarda nas primeiras décadas do século XX. É na vanguarda arquitetônica que se verificarão os pressupostos gestados pelos movimentos artísticos das décadas anteriores. Esta confluência representada pela associação entre estado nacional e arquitetura moderna determina, para o caso da América Latina, uma contradição que marcará a trajetória do modernismo por aqui em oposição ao que se configurava nos países centrais (GORELIK, 2005).

Partindo da compreensão de tais políticas do período orientadas pelo planejamento público de grande alcance e escala, o PAGE foi responsável pelo desenvolvimento de ao menos mil projetos em todo o Estado de São Paulo através da contratação de 150 arquitetos organizados em torno do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP) e do Arquiteto João Batista Vilanova Artigas tendo, naturalmente, se apoiado na arquitetura como representação do progresso técnico moderno e do desenvolvimento ensaiado pela sociedade brasileira naqueles anos cujo o Estado de São Paulo, até então, não protagonizava (CAMARGO, 2016, p.165).

Traçado este itinerário da produção de uma arquitetura moderna indissociável das políticas desenvolvimentistas do estado brasileiro a partir dos anos 1930, este trabalho se propõe a retomar tais relações que anteciparam a produção moderna da virada dos anos 1950 para 1960 e, conseqüentemente, o Plano de Ação do Governo Estado. Situados os nexos históricos entre modernização e estado na América Latina, o texto busca estabelecer a correspondência entre Plano de Ação e o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, assim como compreender sua singularidade no âmbito das políticas desenvolvimentistas que manifestavam a arquitetura como dispositivo crucial.

**Palavras-chave:** Arquitetura Moderna; Plano de Ação; Planejamento; Políticas Públicas, Plano de Metas

---

<sup>1</sup> Arquiteto Urbanista, possui graduação em História, desenvolve mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo na FAU USP.

*A arquitetura faz parte de um conjunto maior; o da construção em toda sua extensão, que por sua vez está incluído num maior ainda, o da economia política.<sup>2</sup>*

## Estado, desenvolvimento e modernidade

Referindo-se às origens do desenvolvimento do modernismo arquitetônico na América Latina Adrian Gorelik<sup>3</sup> situa o Estado como agente central na realização do plano da vanguarda nas primeiras décadas do século XX. É na vanguarda arquitetônica que se verificarão, de forma efetiva, os pressupostos gestados pelas manifestações artísticas nas décadas anteriores. Esta confluência representada pela associação entre Estado e Arquitetura determina, para o caso da América Latina, uma contradição que marcará a trajetória do modernismo por aqui em oposição aquele que se configurava nos países centrais.

No vácuo de uma tradição consolidada e de um passado comum, o modernismo na periferia vai se vincular ao Estado na construção de uma identidade nacional, de uma reorganização do passado que viabilize a modernidade. O pensamento da vanguarda Latino Americana, fundado na própria dinâmica do seu processo histórico particular, será caracterizado pela contradição entre estes pressupostos nostálgicos e o caráter radical de rompimento com o passado, comum à vanguarda europeia.

Os movimentos de vanguarda ensaiados na periferia estarão, assim, constituídos por particularidades e contradições inerentes à sua formação e contexto, de modo que se voltarão ao passado para a construção de uma história comum e nacional, reorganizando a sociedade em vista ao progresso futuro. Esta singularidade acaba por destacar uma de suas principais contradições: configura-se com uma vanguarda passadista, que se apoia no passado para organizar um futuro nacional mas, para isso, parte de um movimento de caráter universal e internacionalista como o Movimento Moderno. Esta contradição, exposta no discurso moderno presente nos países periféricos cujos movimentos são definidos como *Vanguardas Adjetivadas* por Gorelik,<sup>4</sup> permeou grande parte dos episódios que compõem a história da arquitetura brasileira nas décadas de desenvolvimentismo. Por vezes, esta arquitetura esteve condenada pelas análises de críticos estrangeiros que acusavam a incompatibilidade desta produção singular concebida na periferia com os postulados modernos gestados no centro.<sup>5</sup> Por outro lado, esta mesma produção, tornou-se responsável pelo despertar de uma nova potência da arquitetura moderna não desenvolvida no centro do sistema.

2 Sérgio Ferro. *A história da arquitetura vista do canteiro: três aulas de Sérgio Ferro*. São Paulo: GFAU, 2010. p. 13.

3 GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

4 GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005. p. 16.

5 Nos referimos aqui às críticas desferidas por Max Bill à arquitetura moderna brasileira, principalmente em sua vertente dita carioca, suscitando reações vindas de Lúcio Costa em defesa de Niemeyer e de sua arquitetura acusada de formalista.

Por sua natureza contraditória, a vanguarda latino-americana se depara com um contexto no qual a necessidade de se construir uma sociedade – num ambiente arraigado pelo atraso e pela sujeição ao passado colonial – se mostra muito mais urgente do que aquela que se colocava aos arquitetos modernos na Europa, cuja renovação radical e a libertação das amarras históricas, que obstruíam o desenvolvimento da disciplina e da própria cidade industrial nascente, despontavam como prioridade. Em outras palavras, na periferia, a vanguarda se pautava pela edificação de uma sociedade fragmentada, pra não dizer inexistente. Manifestava-se como proposta construtiva, não apenas destrutiva, em um ambiente incompatível com renovações radicais ou de tábula rasa, vista a condição de sociedade rural e não industrializada. Esta característica será entendida como uma tradição do pensamento brasileiro e latino-americano no século XX, como a potência que emerge de sua própria contradição.

[...] a vanguarda descobre que o território americano é o âmbito de radicação do mais arcaico, mas, por isso mesmo, é o lugar onde o novo pode emergir puro, e que nessa potencialidade construtiva esconde-se a tão ansiada ‘especificidade’ cultural. Nessa dupla cara da identidade, explica-se tanto o recurso à Nostalgia como ao Plano, o modo com que a vanguarda busca potencializar as ‘vantagens do atraso’ com as ‘vantagens do moderno’.<sup>6</sup>

As ideias provenientes do centro e que pareciam, quando adotadas por aqui, estarem situadas fora de contexto, descompassadas e alheias à realidade social da periferia – como na clássica interpretação de Roberto Schwarz<sup>7</sup> sobre o liberalismo europeu importado, deslocado e, de modo contraditório, adotado numa sociedade colonial e escravista – se transformam, para o caso da Arquitetura Moderna, em elemento instrumental imprescindível à emancipação nacional, à inversão da lógica do sistema em que predomina a submissão econômica e cultural da periferia pelo centro.

O progresso moderno permitirá a estas sociedades, ao menos neste momento, a possibilidade de inserção no mundo ‘civilizado’, capitalista, urbano e industrial ao se desfazerem do atraso e do subdesenvolvimento, legados por sua herança colonial, “modernizar-se – dos hábitos de consumo até os sentimentos estéticos – era condição de formação nacional, redenção do passado colonial etc.”<sup>8</sup>

É na periferia, nas franjas do sistema capitalista, que o modernismo se efetiva e é através da ação do estado que toma forma sua materialização. No Brasil do início do século XX, marcado pela ausência de uma tradição própria, culturalmente dependente de sua herança colonial, de independência recente e carregada pela permanência do dirigismo da

6 Ibid., p. 26.

7 SCHWARZ, Roberto. Ideias fora do lugar. in *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2012.

8 ARANTES, Otília B. F. *Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 30.

metrópole, de permanência do vazio<sup>9</sup> e, portanto, de latente necessidade construtiva, o modernismo encontrará contexto adequado à sua máxima potencialidade. Para isso, se beneficiará de um nascente estado de âmbito centralizador e modernizante a partir dos anos 1930.

Sabe-se que tal conjuntura proporcionou ambiente ideal para a expansão e concretização, sem precedentes, do modernismo arquitetônico na América Latina permitindo, novamente de modo contrário ao que se verificava na Europa, uma produção em outra escala, de grandes edifícios públicos – como o Ministério da Educação e Saúde Pública no Rio de Janeiro – até cidades inteiras, uma nova capital como Brasília. Ganha força a relação entre arquitetura e estado que poucas vezes se manifestou nos países centrais, privilegiada a dimensão simbólica que representava estas intervenções na periferia. Adrián Gorelik destaca este movimento na periferia do capitalismo como um esforço na criação de um mercado onde predominava a fragmentação territorial e cultural,<sup>10</sup> o estado assumia a vanguarda da modernização capitalista.

No Brasil, Carlos Alberto Ferreira Martins<sup>11</sup> retoma a questão da origem da modernidade para entender como se deu a construção do discurso moderno no contexto brasileiro compreendendo a formação de uma *intelligentsia* como ponto de partida para tal processo. A existência de uma elite caracterizada pelo domínio intelectual começa a ser gestada anteriormente ao Estado Novo e dará os meios para a realização do projeto moderno. Esta elite, mesmo que consciente da miséria social brasileira, munida de anseios vanguardistas e portadora de um plano de construção de uma nação moderna, carecia de um projeto de transformação social<sup>12</sup> e terá, no governo autoritário e centralizador, a possibilidade de construção da identidade nacional. Estas contradições tipificarão uma modernização de tipo conservadora, conformando a contradição do processo de modernização e desenvolvimento nas periferias do sistema, outro paradoxo das vanguardas na América Latina.

Luciano Martins indica que, ao contrário do que fez a força da *intelligentsia* russa, os intelectuais brasileiros, mesmo os mais lúcidos denunciadores da miséria moral e

9 TELLES, Sophia. *A arquitetura modernista: um espaço sem lugar*. In: GUERRA, Abilio.(Org.). *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira\_parte 1*. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p. 24.

10 GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005. p. 28.

11 MARTINS, C. A. F. *Arquitetura e Estado no Brasil elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lucio Costa 1924-1952*. 1988. Dissertação – FFLCH, USP, 1988.

12 Esta particularidade mobilizada por Carlos Martins, da ausência de um projeto de transformação social no plano da vanguarda brasileira, deve ser pensada no quadro das intensas transformações pelas quais passava o mundo no início do século XX. Tendo em vista o processo de expansão e acirramento dos nacionalismos europeus durante a Primeira Guerra Mundial e, principalmente, os acontecimentos revolucionários que inauguraram a perspectiva real de uma transformação radical da condição humana sob o capitalismo, circunstância estabelecida pela Revolução Russa de 1917. Neste sentido, considerada a condição subdesenvolvida do capitalismo brasileiro, portanto próxima do contexto da Rússia Czarista, deferentemente desta, a modernização se dará optando pela manutenção de certas estruturas arcaicas.

material do país, são incapazes de superar em seu discurso o domínio da crítica moral, frequentemente confusa “os protestos e perplexidades não chegam a se converter em um projeto de transformação da sociedade”.<sup>13</sup>

No que se refere a esta característica essencial da história da arquitetura latino-americana, a Argentina passará por processo semelhante na conformação de sua vanguarda nos anos 1920 e 1930. Guardadas algumas distinções em relação ao cenário brasileiro, como a “tardia” articulação da vanguarda com o estado, o caso argentino constitui-se como uma “modernização dentro da modernização”, num processo levado a cabo pela elite social portenha, que buscava se legitimar no quadro da perda de sua hegemonia cultural. Conformava-se, assim, uma modernização também de aspecto conservador, responsável por configurar a Buenos Aires moderna. Mais uma vez, não se objetivava combater padrões consolidados, como se propunham as vanguardas europeias, mas forjar uma identidade condutora do processo modernizante, unindo-se, nas décadas seguintes, aos anseios do Estado nacional emergente.<sup>14</sup>

Retomando as contradições imanentes à modernização brasileira, esta elite intelectual, ou *intelligentsia*,<sup>15</sup> mostrou-se capaz de projetar uma ideia de nação no mínimo audaciosa e radical, considerado o ambiente social no qual estas ideias foram gestadas. Um ambiente estritamente dependente das condições impostas pela sua formação colonial, marcado por uma estrutura social na qual as elites, apesar da concretização do processo de independência, ainda se distinguiam pela adoção de hábitos europeus responsáveis por reforçar a estratificação social<sup>16</sup> e no qual, de fato, inexistia um projeto de nação emancipada da órbita europeia.

Martins se aproxima de Gorelik quanto às particularidades da realização do plano moderno no Brasil. O propósito de construção da nacionalidade fará com que esta elite intelectual brasileira se arranje numa espécie de duplo movimento: universal e localista. Este movimento, busca se adequar ao avanço moderno, alinhando-se ao sistema internacional, ao mesmo tempo em que pretende se diferenciar, afirmando suas próprias identidades locais e voltando-se, para isto, à descoberta do país. Havia a necessidade de afirmação de uma independência política diante do imperialismo internacional, assim como de unificação política e econômica de um território fragmentado em vista da vulnerabilidade de um iminente colapso de sua coesão social.<sup>17</sup>

13 MARTINS, C. A. F. Identidade nacional e Estado no projeto modernista. Modernidade, Estado e tradição. In GUERRA, Abilio. (Org.). *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira. Parte 1*. São Paulo: Romano Guerra, 2010, pp. 281.

14 GORELIK, Adrián. Buenos Aires, a vanguarda da ordem, 1920 e 1930. in *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

15 MARTINS, C. A. F. Identidade nacional e Estado no projeto modernista. Modernidade Estado e tradição. in *Arquitetura e Estado no Brasil elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lucio Costa 1924-1952*. 1988. Dissertação – FFLCH, USP, 1988.

16 BUZZAR, Miguel A. *João Batista Vilanova Artigas: elementos para a compreensão de um caminho da arquitetura brasileira, 1938-1967*. São Paulo, UNESP, SENAC, 2014, p. 108.

O que congregará todos estes elementos será a constituição de uma identidade nacional como projeto, pensada como resposta e solução às instabilidades internas. A educação constituirá elemento-chave da política estatal, responsável por dar coesão ao corpo social em iminente colapso, assim como constituir um público para a obra modernista, o que somente será possível através da ação do estado em associação com tal elite intelectual detentora do projeto.

Esta associação não se resolve através da sujeição da chamada *intelligentsia* ao poder estatal através da cooptação, mas deve ser entendida como plano que se viabiliza no estado modernizador. O projeto modernista age através do estado e, quando institucionalizado, se propõe à superação do atraso econômico, a arrancar o país do atraso cultural, a ação educacional deve criar cidadãos e modernizar as elites. Enquanto na Europa os regimes autoritários perseguiram as vanguardas e barravam o avanço do Movimento Moderno, no Brasil o plano modernista se aproxima do estado para sua realização.

É a autoatribuída tarefa de construção da identidade nacional que orienta o projeto modernista a pensar e propor a ação cultural como política cultural. Por isso, pelo menos tanto quanto pela locação repressiva e controladora do varguismo, o Estado será no Brasil, do pós 1930, não apenas o árbitro, mas o promotor privilegiado da produção cultural.<sup>18</sup>

## Estado e planos modernos no Brasil

No Brasil, deflagrado o primeiro impulso do desenvolvimento nacional durante o Estado Novo, tal modelo econômico permanecerá, ao menos até a dispersão do neoliberalismo pelo mundo a partir do final dos anos 1980, constituindo o eixo fundamental das políticas econômicas dos governos brasileiros. Um esforço de superação do atraso e da dependência que permanece, ainda, durante boa parte do regime militar. A arquitetura de Oscar Niemeyer tornou-se a representação deste longo processo. Projetado por Lucio Costa a partir da década de 1930 e consagrado por Juscelino Kubistchek nas décadas seguintes, Niemeyer se tornou, até a sua morte em 2012, o representante oficial dos governos que se pretendiam progressistas, à esquerda e à direita.

Este ambiente de intenso desenvolvimentismo, baseado na centralização das ações econômicas na figura do estado, impulsionou arquiteturas como as de Niemeyer, produzindo a concretização e expansão da modernidade sem precedentes no território brasileiro, atingindo o seu ponto máximo com a construção da cidade de Brasília. A indústria da construção civil, assimilada como potente frente de desenvolvimento econômico que permitia a

17 MARTINS, C. A. F. Identidade nacional e Estado no projeto modernista. Modernidade Estado e tradição. in *Arquitetura e Estado no Brasil elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lucio Costa 1924-1952*. 1988. Dissertação – FFLCH, USP, 1988, p.121.

18 Ibid., p. 126.

incorporação da mão de obra mais despreparada, fortaleceu a relação entre arquitetura e estado e formou mercados num território de capitalismo até então insípido.

Tamanha realização alcançada pela modernidade no Brasil em seu auge, nas décadas de 1950 e 1960, está, como vimos, permeada pelos esforços inaugurais de construção de uma nacionalidade, cujos intelectuais modernistas desempenharam nas décadas de 1920 e 1930 na agência do estado como meio fundamental para a realização do plano moderno no país. Ao fim do Estado Novo em 1945, após o retorno de Vargas eleito em 1951 e seu suicídio em 1954, permanece a voga desenvolvimentista como mote das políticas desempenhadas pelo estado e que vai nortear o pensamento arquitetônico moderno brasileiro, também, ao longo da segunda metade do século XX.

A mais conhecida e fundamental política desenvolvimentista dos anos pós-Vargas, o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, tem como símbolo de sua materialização a construção da cidade de Brasília refletindo a dimensão impulsionadora dada pelas vanguardas dos anos 1930, intelectuais e Estado, que alcançava ao final dos anos 1950 a realização de uma nova capital, legitimamente brasileira, coroando uma arquitetura de símbolos nacionais e a aparente inclusão do país nos círculos dos países de capitalismo avançado.

Entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns rápidos momentos, foi mudando sua forma. Na década de 1950, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância.<sup>19</sup>

Apesar de todas as limitações impostas em um país de capitalismo insípido e mal formado, como aquele que caracterizava a Primeira República, tamanha façanha alcançada pelo plano moderno no Brasil, a ponto de ser definida por um de seus principais artifices como um milagre,<sup>20</sup> fez surgir nos anos 1950 um modelo aparentemente imbatível para a solução das mazelas do atraso social e econômico determinados pela formação histórica do país.

19 NOVAIS, Fernando Antonio e MELLO, João C. de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In SCHWARCZ, Lilia K. M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 560

20 Em referência ao ensaio “Muita construção, alguma arquitetura e um Milagre” escrito por Lucio Costa em 1951.



*Figura 1: Construção do edifício dos departamentos de História e Geografia da USP, uma das obras do PAGE na Cidade Universitária, projeto do Arquiteto Eduardo Corona.*

*Fonte: Arquivo COESF, disponível em: <[https://www.arquivo.arq.br/faculdade-de-historia-e-geografia-da-usp?lightbox=image\\_12dn](https://www.arquivo.arq.br/faculdade-de-historia-e-geografia-da-usp?lightbox=image_12dn)>, acesso em: 05/03/2020.*

As políticas desenvolvimentistas que tiveram na arquitetura, através dos arquitetos modernos, a possibilidade de materialização e formalização de seus pressupostos, se desdobraram pelos governos locais originando novos surtos de modernização tardia pelos anos 1960. Em São Paulo, o Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE), inaugurado pelo Governo Carvalho Pinto, iniciou uma nova rodada de construção em massa de edifícios modernos, em um Estado que havia perdido a hegemonia política para o Vargasismo e acompanhava, a passos largos, o predomínio de uma arquitetura moderna brasileira de origem carioca, que ganhava projeção internacional.

Apesar da primazia, o Plano de Metas de JK é contemporâneo ao Plano de Ação em São Paulo e reforça a noção de que, o segundo, constitui uma tentativa de reposicionamento do Estado paulista diante do cenário nacional após décadas de hegemonia política Getulista e da insuficiência da arquitetura pública praticada, até aquele momento, em São Paulo.

O PAGE, em que pese a linguagem eclética consolidada no Estado, funcionou como uma espécie de mecanismo que tornou o Estado permeável ao modernismo. A não adoção da linguagem moderna, no quadro de sucesso internacional e nacional da arquitetura moderna brasileira, com os projetos modernos de Brasília, tanto arquite-

tônicos como urbanístico, já em curso, certamente, trazia questionamentos inúmeros.<sup>21</sup>

Longe de resolver tal disputa acerca do PAGE como resposta ou não ao triunfo da arquitetura de vertente carioca naquele momento e que surge na historiografia recente sobre o Plano de Ação,<sup>22</sup> cabe aqui destacar a intersecção temporal entre os dois planos e afirmar a prevalência do planejamento orçamentário como elemento inédito destas políticas de desenvolvimento. Planejadas através de metas e orçamentos previamente definidos, estas ações viabilizaram a intervenção massiva do estado na infraestrutura pública em um curto período de quatro anos de governo.

Em São Paulo, as pesquisas sobre o Plano de Ação do Governo do Estado deram respostas ao que se imaginava como manifestações individualizadas de determinados arquitetos modernos paulistas,<sup>23</sup> tendo Vilanova Artigas espaço privilegiado pela historiografia. A numerosa construção de edifícios de linguagem moderna neste período no estado de São Paulo foi possibilitada pela atuação e mediação direta e intencional do Estado, assim como definido por Adrián Gorelik e Carlos Martins em seus estudos sobre a constituição do modernismo na América Latina e no Brasil, como agente privilegiado de estruturação da sociedade.

Além de se situar na esteira do sucesso das políticas de desenvolvimento à época, que alcançaram através da arquitetura a maior parcela de sua visibilidade, o Plano de Ação em São Paulo se vinculava à herança do planejamento da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, a SAGMACS, fundada pelo padre francês Louis-Joseph Lebret e que contribuiu para a formação de quadros importantes ao planejamento urbano no país segundo os princípios do *Mouvement Économie et Humanisme*. Durante seu processo de formação intelectual Lebret, que visitou diversos países latino-americanos vindo a São Paulo no ano de 1947, se vinculou aos estudos da teoria marxista que o influenciariam na formulação do conceito de Economia Humana.<sup>24</sup>

As SAGMACS tiveram papel importante na formulação de políticas de planejamento em São Paulo e no Brasil até o golpe militar de 1964. Alinhado às políticas de desenvolvimento do período, orientadas pelo planejamento público de grande alcance e escala, o

21 BUZZAR, Miguel A. CORDIDO, Maria T. R. L. de Barros. SIMONI, Lucia N. *A arquitetura moderna produzida a partir do plano de ação do governo Carvalho PintoPage – (1959/1963)*. Artigo, Revista arq.urb, n.14, USJT. 2015. p. 162

22 CAMARGO, Mônica Junqueira de. História: o edifício da FAU-USP e o PAGE. São Paulo, Editora da Cidade, 2016. p. 164-169. In: Barossi, Antonio Carlos, org. *O edifício da FAU-USP de Vilanova Artigas*, São Paulo: Editora da Cidade, 2016. p.164

23 Por diversas vezes as obras modernas construídas por meio Plano de Ação foram entendidas como manifestações isoladas e a construção historiográfica da chamada Escola Paulista de arquitetura entendida fora do âmbito de sua promoção intencional pelo Estado.

24 ROLDAN, Dinalva Derenzo. *Um ideário urbano em desenvolvimento: A experiência de Louis-Joseph Lebret em São Paulo de 1947 a 1958*. 2012. Dissertação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 35.

PAGE foi responsável pelo desenvolvimento de ao menos mil projetos em todo o Estado de São Paulo através da contratação de 150 arquitetos organizados em torno do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-SP) e do Arquiteto João Batista Vilanova Artigas tendo, naturalmente, se apoiado na arquitetura como representação do progresso técnico moderno e do desenvolvimento ensaiado pela sociedade brasileira naqueles anos cujo o Estado de São Paulo, até então, não protagonizava.<sup>25</sup>

Considerando somente os investimentos direcionados à construção de edifícios, o Plano de Ação do Governo do Estado, que permaneceu entre 1959 e 1963 no âmbito do Governo de Carvalho Pinto, foi responsável por projetar mais de mil novos edifícios públicos distribuídos por mais de 260 cidades paulistas num significativo processo de interiorização e de ampliação do alcance dos investimentos e da atuação do Estado. Estas construções se dividiam entre fóruns, postos de saúde, escolas e ginásios de todos os níveis, do primário ao ensino superior, e representavam, além da sua dimensão social, a formação de uma imagem de progresso e modernidade materializada através da arquitetura assim como apontavam para uma significativa virada no modo de produção da arquitetura pública no estado de São Paulo.<sup>26</sup>

## Continuidades e embates entre os planos modernos

Sabe-se que o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek tinha na construção da nova capital brasileira apenas um de seus diversos pontos a serem alcançados, constituindo, portanto, uma de suas metas. Estas estavam subdivididas por setores econômicos que receberiam estímulos ao seu desenvolvimento, os setores de energia, transportes, indústria de base e educação. Mesmo que a construção de Brasília representasse apenas uma das metas a serem alcançadas pelo plano do governo, foi aquela que mais contribuiu ao reconhecimento do plano justamente pela sua dimensão e caráter simbólico que ocupou diante da sociedade brasileira. Algo que remetia à constituição de uma identidade nacional, um símbolo do país, como pretendeu a vanguarda.

Neste processo, Brasília também esteve associada à consolidação de uma indústria nacional da construção civil, origem de grandes empresas ligadas à tecnologia do concreto armado. Esta técnica construtiva permaneceu profundamente atrelada à arquitetura moderna brasileira sendo responsável por definir uma estética própria, uma característica central e determinante da forma arquitetônica. De modo complementar e nem sempre evidente, a outra face deste processo também retrata aquilo que se verifica no curso da conso-

25 CAMARGO, Mônica Junqueira de. História: o edifício da FAU-USP e o PAGE. São Paulo, Editora da Cidade, 2016. p. 164-169. In: Barossi, Antonio Carlos, org. *O edifício da FAU-USP de Vilanova Artigas*, São Paulo: Editora da Cidade, 2016. p.165

26 BUZZAR, Miguel Antonio. CAMARGO, Mônica Junqueira de. CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. *Os significados da mudança de paradigma arquitetônico advindo com o Plano de Ação de Governo de Estado/SP (PAGE) na gestão Carvalho Pinto (1959-1963)*. Recife, 2016. s.p. , Seminário Docomomo Brasil(11. : 2016 : Recife).. Anais: O campo ampliado do movimento moderno, Recife, 2016. p. 10-11

lidação de um mercado, algo como um acúmulo primitivo de capital. O Estado assume o papel de promotor do capitalismo numa economia periférica.<sup>27</sup>

Localizado em São Paulo, o Plano de Ação, que teve também na arquitetura um elemento central para a construção de uma imagem de progresso e de modernidade, foi organizado segundo três categorias essenciais que muito traziam do conceito de Economia e Humanismo defendidos por Lebrecht: “melhoria das condições do homem”, infraestrutura e expansão agrícola.

Alguns autores<sup>28</sup> ressaltam esta herança humanista e a atuação política e social dos arquitetos envolvidos no plano como um dos fatores que enaltecem a dimensão social do PAGE em São Paulo. De fato, aproximadamente um terço do total de investimentos mobilizados foi destinado ao setor denominado “melhoria das condições do homem” e que correspondia as áreas de educação, saúde, cultura e pesquisa, assistência social e saneamento. O reflexo disto foi a construção de inúmeros edifícios escolares, fóruns e postos de saúde pelos municípios do estado, como já citamos, além da criação da Universidade Estadual de Campinas, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e do Fundo para a Construção da Cidade Universitária da Universidade de São Paulo,<sup>29</sup> que se arrastava há duas décadas no Bairro do Butantã, na zona oeste de São Paulo.

---

27 A questão da materialidade possibilitada pelo concreto armado é importante, pois, será objeto de disputa entre as narrativas das correntes modernas brasileiras quanto ao aspecto social da produção arquitetônica, quando da incorporação da estética brutalista. É também, um ponto relevante para se discutir os limites do discurso progressista destes planos, recheados de aspectos contraditórios que apontam para uma modernização conservadora.

28 Dos quais podemos destacar dois pioneiros sobre as pesquisas do PAGE, a professora Mônica Junqueira de Camargo e o professor Miguel Antonio Buzzar, que ressaltam a dimensão social dos arquitetos envolvidos no plano.

29 CAMARGO, Mônica Junqueira de. História: o edifício da FAU-USP e o PAGE. São Paulo, Editora da Cidade, 2016. p. 164-169. In: Barossi, Antonio Carlos, org. *O edifício da FAU-USP de Vilanova Artigas*, São Paulo: Editora da Cidade, 2016. p.165

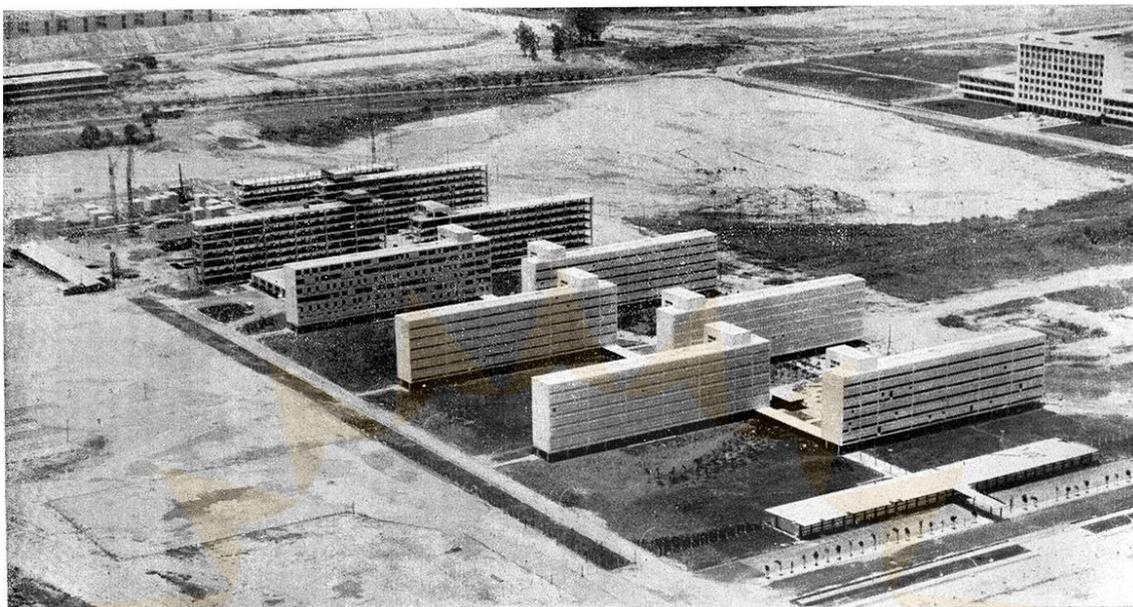


Figura 2: Vista aérea da construção do Conjunto Residencial da Cidade Universitária da USP.

Fonte: Revista Acrópole, 1964, ano 26, nº 303, p.94, disponível em:  
<<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/303/9>>, acesso em: 01/02/2020.

Malgrado o caráter conservador de Carvalho Pinto – ao mesmo tempo, detentor de certa consciência social, como afirma Plínio de Arruda Sampaio<sup>30</sup> em entrevista à Maria Tereza Regina Leme de Barros Cordido<sup>31</sup> – André Augusto de Almeida Alves destaca a afinidade do Governador de São Paulo com a ideia de planejamento, também presente em Juscelino, como fator fundamental para o sucesso do Plano.<sup>32</sup> Neste sentido, é surpreendente imaginar o alcance obtido por estas políticas e a magnitude dos resultados produzidos, com número significativo de objetivos realizados em um curto período de quatro anos de governo. Tornaram-se responsáveis pela transformação da cultura construtiva do Estado, principalmente no caso do Plano de Ação, obtendo enorme sucesso no que se refere à consolidação de correntes profundamente influentes na arquitetura moderna brasileira.

Tanto o Plano de Metas quanto o Plano de Ação, guardado o caráter pioneiro do Plano de Juscelino Kubitschek, – mas que também já se desenhava em São Paulo através da atuação de Lebrecht – constituem iniciativas de planejamento em escala universal até então

30 Plínio de Arruda Sampaio participou junto aos quadros de elaboração do PAGE no Governo de Carvalho Pinto.

31 “E ele era um burguês que não queria mudar fundamentalmente a sociedade, mas acreditava que se organizasse bem o governo e se tivesse um sentimento de generosidade, etc., era possível construir uma sociedade mais justa. Essa era a ideologia do Carvalho Pinto.” Plínio Sampaio em entrevista à Cordido. In CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. *Arquitetura forense do Estado de São Paulo: produção moderna, antecedentes e significados*. São Carlos : Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2007. p. 302

32 ALVES, André Augusto de Almeida. *Arquitetura escolar paulista 1959 - 1962: o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas*. 2008. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 90.

pouco recorrente no país. Representam um esforço de superação dos entraves econômicos e sociais ao desenvolvimento, que se verificavam no Brasil já nos anos de 1930 e, portanto, pertencentes e herdeiros de uma tradição modernizante de longa duração, centralizada no Estado e que se inicia com Getúlio Vargas.

Para além da complementariedade temporal e da proximidade dos dois planos como políticas de planejamento, gestados em um momento econômico e social de ampla urbanização e industrialização do país, é importante reforçar o cenário de disputa no qual se inscrevem. Tanto a forma política quanto o discurso sobre a arquitetura moderna brasileira permeiam a relação entre os dois planos, representando, ao mesmo tempo, o auge e o início do desgaste da vertente moderna ancorada em Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, assim como, uma brecha para o deslocamento do modernismo arquitetônico para São Paulo.

De qualquer modo, talvez o que seja possível afirmar em ambos, são os traços, a permanência, de uma modernização conservadora no Plano de Juscelino, que parece herdada do projeto modernizador das elites intelectuais no seio do Estado Novo e que se verifica, mais parcialmente, no caso de São Paulo. Em certa medida o próprio discurso e a atuação de parte dos arquitetos paulistas, representados pela figura de Vilanova Artigas, se apresentava de forma politicamente mais engajada, tendo como perspectiva a superação do modo de produção. Esta expectativa, no entanto, entrará em colapso com o recrudescimento das forças conservadoras no país na década de 1960, contrariando o discurso dos arquitetos paulistas, amparados pela defesa da função social da arquitetura e convictos quanto ao irreversível desenvolvimento das forças produtivas.

---

## Referências Bibliográficas

ALVES, André Augusto de Almeida. *Arquitetura escolar paulista 1959 - 1962: o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas*. 2008. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Tese de Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

ARANTES, Otília B. F. *Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: Edusp, 1998.

BUZZAR, Miguel A. CORDIDO, Maria T. R. L. de Barros. SIMONI, Lucia N. *A arquitetura moderna produzida a partir do plano de ação do governo Carvalho PintoPage – (1959/1963)*. Artigo, Revista arq.urb, n.14, USJT. 2015. p. 157-170.

\_\_\_\_\_. *João Batista Vilanova Artigas: elementos para a compreensão de um caminho da arquitetura brasileira, 1938-1967*. São Paulo, UNESP, SENAC, 2014.

BUZZAR, Miguel Antonio. CAMARGO, Mônica Junqueira de. CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. *Os significados da mudança de paradigma arquitetônico advindo com o Plano de Ação de Governo de Estado/SP (PAGE) na gestão Carvalho Pinto (1959-1963)*. Recife, 2016. s.p. , Seminário Docomomo Brasil(11. : 2016 : Recife).. Anais: O campo ampliado do movimento moderno, Recife, 2016.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. História: o edifício da FAU-USP e o PAGE. São Paulo, Editora da Cidade, 2016. p. 164-169. In: Barossi, Antonio Carlos, org. *O edifício da FAU-USP de Vilanova Artigas*. São Paulo: Editora da Cidade, 2016.

CORDIDO, Maria Tereza Regina Leme de Barros. *Arquitetura forense do Estado de São Paulo: produção moderna, antecedentes e significados*. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2007. Dissertação de Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo.

ROLDAN, Dinalva Derenzo. *Um ideário urbano em desenvolvimento: A experiência de Louis-Joseph Lebreton em São Paulo de 1947 a 1958*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Dissertação de Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

FERRO, Sérgio. *A história da arquitetura vista do canteiro: três aulas de Sérgio Ferro*. São Paulo: GFAU, 2010.

GORELIK, Adrián. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

MARTINS, Carlos A. F. *Arquitetura e Estado no Brasil elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lucio Costa 1924-1952*. 1988. Dissertação – FFLCH, USP. São Paulo.

\_\_\_\_\_. Identidade nacional e Estado no projeto modernista. Modernidade, Estado e tradição. In: GUERRA, Abilio. (Org.). *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira. Parte 1*. São Paulo: Romano Guerra, 2010, pp. 279-298.

NOVAIS, Fernando A. e MELLO, João C. de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia K. M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 559-658

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2012.

TELLES, Sophia. *A arquitetura modernista: um espaço sem lugar*. In: GUERRA, Abilio. (Org.). *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira\_ parte 1*. São Paulo: Romano Guerra, 2010.